

Educação infantil, ensino fundamental

Inúmeras tendências de privatização

THERESA ADRIÃO*
RAQUEL BORGIHII**
CASSIA ALESSANDRA DOMICIANO***

RESUMO: Este texto apresenta de forma sintética as tendências de privatização mais recentemente verificadas no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental, as quais são identificadas por duas modalidades: a subvenção pública a instituições privadas e a elaboração de políticas educativas para a esfera pública pelo setor privado.

Palavras-chave: Privatização. Convênios. Parcerias. Fundeb. Sistema apostilado.

Para retomar a conversa

Este artigo, em certa medida dá continuidade ao diálogo iniciado em 2009 (ADRIÃO; PERONI, 2009), no qual identificamos a ampliação do setor privado na gestão e na oferta da educação básica, por meio de convênios e contratos de distintas abrangências.

Naquele momento afirmávamos, a título de síntese, que

... o quadro para a ampliação da simbiose entre o setor privado e público, via distintas formas de parceria¹, está dado: hegemonia de um discurso reiterado durante duas décadas de que o setor privado é mais eficaz e eficiente que o estatal e reafirmado pelas reformas na gestão pública, retração do crescimento do mercado para o setor privado na educação pela quase estagnação das matrículas e descentralização das responsabilidades educacionais para os municípios. (ADRIÃO; PERONI, 2009, p. 113).

* Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: <theadriao@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). E-mail: <raborghi@gmail.com>.

*** Mestre em Educação. Professora da Rede Pública Municipal de Americana (SP). E-mail: <cassiale@uol.com.br >.

Tal descentralização, aprofundada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1996 pela Emenda Constitucional nº 14, demandou dos municípios respostas à obrigação de oferta educativa para as quais não contavam com condições objetivas, fossem técnicas ou financeiras. Nesses termos, entendemos que, em certa medida, o processo de privatização da educação básica associa-se à sua descentralização.

A tabela a seguir permite perceber a tendência de transferência da oferta educacional para os municípios brasileiros por meio de sua assunção à maior parte das matrículas.

Tabela 1 – Matrícula total da educação infantil e ensino fundamental no Brasil

Ano	Educação infantil			Ensino fundamental		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
1990	-	-	-	95.536	16.716.816	8.773.360
1996	-	-	-	33.564	18.468.772	10.921.037
1999	1.733	396.395	3.322.123	28.571	16.589.455	16.164.369
2000	1.742	352.055	3.560.614	27.810	15.806.726	16.694.171
2006	2.471	242.979	4.820.236	25.031	11.825.112	17.964.543
2010	2.419	70.610	4.619.919	25.361	3.326.833	16.766.576

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Oliveira e Adrião (2007) e sinopses estatísticas do INEP.

Nota (-) não há dados.

Paralelamente à ampliação das responsabilidades educativas no âmbito municipal, assiste-se a uma alteração no papel dos governos estaduais e federal, na medida em que assumem a função de monitorar e ou avaliar o desempenho dos alunos das escolas públicas, subtraindo-se, na maioria dos casos, da necessária colaboração técnica e financeira que os governos locais necessitam². Mesmo com a ampliação de recursos federais decorrente do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), a maior parte do atendimento à escolaridade básica está sob a responsabilidade municipal. Nesse sentido,

ao mesmo tempo em que o setor privado não lucrativo protagoniza o “socorro” para o que consideram um “despreparo de origem” do setor público; o mercado do setor educacional, especialmente o voltado para o atendimento ao ensino fundamental, tornava-se mais competitivo, uma vez que se assiste desde os anos 1990 à estagnação no número de matrículas em estabelecimentos privados neste segmento educacional, e ao paralelo aumento do número de estabelecimentos (OLIVEIRA; CAMARGO; MANSANO, 1999), acirrando

as disputas por um mercado em evidente declínio. Não por acaso, grupos empresariais do campo educacional alteram a estratégia para inserção e ampliação de sua presença no “mercado de vagas”. (ADRIÃO, 2010, p. 10).

Segundo resultado divulgado em 2008 pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), houve por parte deste grupo um Investimento Social Privado estimado em R\$ 2,015 bilhões no Brasil, recursos prioritariamente carreados para a área educacional.

Também na oferta de vagas com subvenção pública, o setor privado tem sido “parceiro” dos municípios. Pesquisa concluída em 2009 para o estado de São Paulo indicava que, no período de 1996 a 2006, ampliou-se as parcerias entre as administrações municipais e setores da iniciativa privada para a gestão e a oferta da educação básica. Mais especificamente, se tomarmos levantamento no conjunto dos municípios paulistas, temos que, até 2006, em 139 vigoravam parcerias com o setor privado para oferta de vagas com subvenção pública à educação infantil, 46 das quais estabelecidas entre 1996 e 2006, e 52 anteriormente a este período (ADRIÃO et al., 2009).

Este texto busca refletir sobre essas duas tendências de privatização, expressas na transferência de responsabilidade, antes localizada na esfera pública, para o setor privado: a subvenção pública aos estabelecimentos privados de ensino e a transferência da gestão da educação para instituições privadas.

A subvenção pública aos estabelecimentos privados

É sabido que o atendimento da criança de zero a seis anos esteve, no Brasil, marcadamente vinculado à “assistência” ou “amparo” aos pobres e necessitados, principalmente a modalidade voltada para a faixa etária de zero a três anos, sob a responsabilidade das creches. A tendência histórica contribuiu para que, durante muito tempo, o segmento ficasse vinculado às associações filantrópicas e comunitárias ou aos órgãos de assistência e bem-estar social, e não aos educacionais (CAMPOS, 1989; FARRIA, 2005; KRAMER, 1995; KUHLMANN Jr., 1998; ROSEMBERG, 1999).

Os estabelecimentos filantrópicos, confessionais e comunitários integram o setor privado da educação, embora se autodeclarem sem fins lucrativos (BRASIL, 1988, art. 213; BRASIL, 1996b, art. 20). No final dos anos de 1970 e início de 1980, Costa (2005) destacou que este segmento expandiu-se pelo Brasil, sob a égide de duas motivações distintas. A primeira, pautava-se no discurso antiescolar por parte de grupos intelectuais e políticos, que almejavam uma ruptura com o sistema educacional, por acreditarem que ele estivesse tradicionalmente constituído como aparelho de dominação social e do *status quo* da sociedade. Em segundo lugar,

as agências internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), associações religiosas, entidades filantrópicas e agências internas as máquinas estatais estimulavam um certo tipo de comunitarismo como forma de expandir o atendimento educacional a setores sociais excluídos do acesso à ele. (COSTA, 2005, p. 17).

De outra perspectiva, Gomes (2004) considerou que a expansão do atendimento às crianças pequenas no Brasil em instituições comunitárias e ou filantrópicas ocorreu, também, devido às subvenções governamentais. Seria o caso de Belo Horizonte e do município de São Paulo; este último, apesar de possuir estabelecimentos municipais de educação infantil, organizava o atendimento à demanda por meio de convênios com instituições comunitárias e ou filantrópicas (ONGs).

Se a oferta de vagas nesta etapa de escolaridade tradicionalmente se efetivou por meio da constituição de convênios com entidades privadas não lucrativas, mais recentemente observamos o repasse de subvenções por parte das prefeituras às instituições privadas *stricto sensu*, ou seja a estabelecimentos que não se adequam ao art. 20 da LDB e que, portanto, visam o lucro (OLIVEIRA, 2007).

A tendência teve, inicialmente, como indutor, a criação do Fundef, mecanismo que contribuiu significativamente para a estagnação das matrículas no setor público nesta etapa de escolaridade, tendo em vista que a partir de sua vigência os recursos provenientes do Fundo foram prioritariamente destinados ao ensino fundamental, levando os municípios a abarcarem a oferta desta etapa de escolaridade em busca de maiores aportes financeiros. Em sendo assim, a educação infantil, tradicionalmente sob a responsabilidade das municipalidades (ARELARO, 1999), sofreu severas restrições financeiras, uma vez que os municípios deveriam manter o atendimento às crianças pequenas e priorizar o investimento do dinheiro do Fundo ao ensino fundamental (GUIMARÃES; PINTO, 2001; OLIVEIRA, 2004).

Mais recentemente, com a substituição do Fundef pelo Fundeb, a partir da Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006, todas as etapas e modalidades da educação básica foram contempladas no repasse do Fundo. Embora tal situação seja um avanço, não podemos desconsiderar que a permissão da transferência dos recursos do Fundeb às creches e pré-escolas conveniadas (Lei nº 11.494/07, art. 8º, §1º) se constituiu em perigoso mecanismo, dado que os fundos públicos deveriam se destinar às escolas públicas. Nessa direção, o texto da LDB indica em seu artigo 77 que o pagamento de bolsas de estudo a alunos em instituições privadas assumiria um caráter de excepcionalidade.

Tabela 2 – Total de matrículas na educação infantil por etapa e dependência administrativa no Brasil

Ano	Creche				Pré-escola			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1990	-	-	-	-	-	-	-	-
1996*	-	-	-	-	2.447	759.187	2.489.225	1.019.487
1999**	508	16.593	522.703	292.174	1.283	410.063	3.295.058	1.075.118
2000	495	16.815	634.720	341.588	1.224	363.905	3.518.837	1.107.012
2006	933	17.582	898.945	510.482	1.538	225.397	3.921.291	1.439.927
2007	1.121	7.365	1.134.944	608.306	1.117	105.181	3.743.531	1.117.696
2009	1.215	8.819	1.244.731	643.598	1.239	70.152	3.664.360	1.130.517

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em dados do Inep – Sinopses Estatísticas.

* Matrícula na educação pré-escola e classe de alfabetização.

** Total de matrículas em creche por sexo e dependência administrativa.

Nota 1. Ainda que tendendo à regularização, os censos indicam crianças acima de seis anos matriculadas na educação infantil, especialmente nas regiões rurais.

Nota 2. (-) Dados não encontrados.

Ao observar o atendimento à educação infantil no Brasil, vemos que as matrículas nas creches municipais aumentaram 21,43%, de 1999 para 2000, e 41,62%, de 2000 a 2006. Na esfera privada, de 1999 para 2000, as matrículas cresceram 16,91%, de 2000 a 2006, 49,44%, superando a ampliação da rede municipal. No período seguinte (2006 a 2009), notamos que o maior crescimento das matrículas se deu na esfera pública, 38,51% contra 26,08% na privada.

Se focalizarmos nossa atenção no atendimento pré-escolar municipal, as matrículas ampliaram 6,79%, de 1999 para 2000, e 11,43%, de 2000 a 2006. Na esfera privada, de 1999 para 2000, as matrículas cresceram 2,97% e, de 2000 a 2006, 22,38%. No período de 2006 a 2009, observa-se um decréscimo nas matrículas da esfera pública e na da privada, provavelmente, em decorrência da Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que tornou obrigatória a matrícula das crianças aos seis anos no ensino fundamental, alterando o desenho do atendimento para crianças de 0 a 5 anos (ADRIÃO; DOMICIANO, 2010).

Embora no período de 2006 a 2009 haja aumento considerável das matrículas nas duas redes de atendimento (pública e privada), é importante destacar que, a partir da instituição do Fundeb, tem sido recorrente o cômputo de matrículas privadas de escolas conveniadas como constitutivas da rede pública, o que gera imprecisões nos dados oficiais de matrículas públicas e privadas, disseminando a ideia equivocada de que o atendimento à educação infantil tenha se dado pela correspondente expansão da esfera pública estatal (ADRIÃO et al., 2009; DOMICIANO, 2009). Tal informação torna-se possível no desenvolvimento de estudos qualitativos (DOMICIANO, 2009),

tendo em vista a lógica de coleta de informação que se encontrou nos censos educacionais até 2009.

A expansão do atendimento à educação infantil se deu mediante parcerias entre setores públicos e privados, via distintas formas de conveniamento, como exemplo: cessão de prédio público; pagamentos de profissionais contratados pela instituição privada com recurso público e merenda etc.

No caso do ensino fundamental, a prática do repasse de recursos via pagamento de bolsas de ensino era recorrente, como indicado por Cunha (2005).

O Programa de Bolsas de Estudo no Ensino Médio (posteriormente para as quatro últimas séries do 1º grau e todo 2º grau) revelou-se desde sua criação, em 1956, uma fonte de recursos públicos para o setor privado que se somou à do salário educação, exclusiva para o 1º grau. [...] Ao início do governo Sarney o número de bolsistas era de 84,5 mil no segundo segmento do 1º grau (63 mil no nordeste) e 62,3 mil no segundo grau (36 mil no nordeste) beneficiando 4.122 estabelecimentos (1.826 no nordeste). (CUNHA, 2005, p. 329-330).

Recentemente, têm-se notícias de que em municípios de Santa Catarina este procedimento se ampliou.

Se não há novidade nessas formas de subsídio público ao setor privado, destacamos que, em nosso entender, uma nova questão redireciona o debate sobre o tema: o fato de que as matrículas nas instituições privadas (lucrativas ou não) têm sido “contabilizadas” nos censos escolares como públicas, mascarando uma condição de privatização da oferta, na medida em que, em alguns casos, os dados informam a expansão do setor público.

Transferência da gestão para instituições privadas

Há algum tempo temos nos referido e debatido, em diversas situações, sobre a tendência de privatização da educação básica, levada a efeito no Brasil a partir das orientações de reforma na gestão pública iniciadas nos anos 1990 (ADRIÃO, 2001, 2006; ADRIÃO et al., 2009; ADRIÃO; PERONI, 2005).

Do ponto de vista empírico, pudemos confirmar esta tendência em pesquisa, junto aos 645 municípios paulistas, recentemente concluída (ADRIÃO, 2009), pela qual identificamos a presença do setor privado como protagonista na elaboração e na definição das políticas educacionais dos governos subnacionais. Trata-se da transferência para a esfera privada da função de elaboração e operacionalização de política pública até então exercida pela esfera pública estatal (ADRIÃO et al., 2009).

A presença do setor privado como “parceiro” na elaboração da política educacional local pode ser percebida prioritariamente de duas maneiras: pela aquisição

dos chamados “sistemas apostilados de ensino” e pela adoção de “tecnologias” ou assessorias privadas para reorientação da gestão educativa. A primeira refere-se à compra, pelas redes públicas, de “sistemas de ensino” privados. Essa modalidade de parceria representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado tratar-se de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada (ADRIÃO, 2009).

A segunda, diz respeito à contratação de instituições privadas, no geral integrantes do chamado terceiro setor, para a elaboração de políticas educacionais com impacto sobre a gestão da educação municipal (ADRIÃO, 2009).

No que se refere à compra de sistemas apostilados de ensino, a pesquisa citada anteriormente (ADRIÃO, 2009) evidenciou um crescimento significativo no número de municípios que adotam esta modalidade de parceria, no estado de São Paulo. Segundo levantamento realizado pelo Observatório da Educação (*Grupos promovem fusões e miram ensino público para expandir negócios*, 22 de outubro de 2010), não há dados consolidados sobre o número de alunos das redes públicas que utilizam sistemas apostilados privados.

No entanto, a reportagem traz informações sobre o fortalecimento deste tipo de parceria a partir de contatos que o Observatório da Educação realizou com alguns sistemas privados. O Sistema de Ensino Oswaldo Cruz (COC), que iniciou sua atuação em 1963, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, criou o Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino (Name), para fazer convênios com municípios. Atualmente está presente em 114 cidades em todo o Brasil, sendo 84 localizadas no Estado de São Paulo. Já o Grupo Positivo, que tem sua origem no início da década de 1970, em Curitiba, oferece o Sistema de Ensino Aprende Brasil para a realização de convênios com as prefeituras, e está presente em 18 estados e em mais de 160 municípios. Um último dado trazido pela reportagem é sobre o Anglo, que possui convênio com 24 municípios, atendendo 38 mil alunos da rede pública.

Uma característica dos sistemas privados, que realizam parcerias com prefeituras para a venda de “sistemas apostilados de ensino”, é que as empresas criam um sistema diferenciado daquele que é utilizado por suas escolas próprias ou franqueadas particulares. É como se criassem uma “segunda linha” de apostilados para serem utilizados nas escolas públicas. O grupo Positivo, por exemplo, atende alunos e professores no Brasil, por meio de seus dois sistemas de ensino: o Sistema Positivo de Ensino (voltado para as escolas particulares) e o Sistema de Ensino Aprende Brasil (voltado para as escolas da rede pública). Já o COC atende às escolas públicas com o Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino (Name).

Outra característica da parceria para adoção de sistemas apostilados privados pelas escolas públicas é que as empresas privadas oferecem serviços e produtos, tais

como materiais didáticos para alunos e professores, incluindo apostilas e CD-ROMs, formação docente em serviço, monitoramento do uso dos materiais adquiridos e avaliação de docentes e discentes. Afirmamos anteriormente que tais empresas, mais do que meras fornecedoras de materiais e equipamentos, passam a incidir sobre o desenho da política educacional local (ADRIÃO et al., 2009).

Também já é possível afirmar que a adoção dos sistemas de ensino privados não se restringe ao ensino fundamental. A educação infantil tem se tornado um espaço lucrativo para as empresas. Nas cidades em que os contratos se limitavam à aquisição de material apostilado ao ensino fundamental, uma das estratégias adotada pelas empresas foi “oferecer” gratuitamente por um ano *os kits* para a educação infantil, de maneira a induzir os governos locais a adotá-los também para esta etapa de escolaridade (ADRIÃO, 2009).

Dados da pesquisa citada evidenciaram que as principais justificativas para a adoção de sistemas privados de ensino eram a “necessária padronização” dos conteúdos ensinados pelas diferentes escolas da rede municipal, a falta de qualificação docente e a consequente necessidade de material de apoio para esses profissionais.

Importante ressaltar, ainda, que o planejamento, a definição dos conteúdos a serem ensinados nas escolas, bem como a avaliação e controle do trabalho realizado pelos profissionais da escola pública é transposto para a empresa privada. Nesses termos, é o privado que passa a planejar e definir a organização do trabalho pedagógico da escola pública.

É possível afirmar, também, que optar pela “padronização” de currículos escolares como resposta à falta de qualificação dos docentes em exercício nas redes públicas, como justificam gestores entrevistados (ADRIÃO, 2009; ADRIÃO; PERONI, 2010³), uma das razões para a adoção de sistemas apostilados de ensino e de tecnologias e assessorias privadas, tem representado não o investimento na melhoria qualitativa dos cursos de formação continuada⁴, nem o investimento na carreira docente de modo a atrair profissionais melhor qualificados. Ao contrário, o caminho sinalizado é o da redução das exigências de qualificação do trabalho do professor, por meio da simplificação de seu trabalho e da diminuição da qualificação exigida (BERTAGNA; BORGHI, 2010).

Justifica-se o apoio privado ao setor público como estratégia pragmática para responder à falta de organização (ausências de rotinas administrativas; falta de técnicos etc.) verificada nesse último.

Também em pesquisa sobre a atuação do Instituto Ayrton Senna, em dez municípios brasileiros, a ausência de padrões “burocráticos” de funcionamento do aparato administrativo apresentou-se como justificativa para a adoção de programas de reorganização da gestão educacional (ADRIÃO; PERONI, 2010⁵).

As parcerias para assessoria na gestão da educação pública apresentaram características específicas. Ainda assim, é possível considerar algumas regularidades, quando

da análise dos modelos ofertados aos gestores públicos pelas instituições privadas: princípios reorientadores da gestão educacional pautados em uma concepção gerencial de administração, devido à medição de resultados como indicador de melhoria do desempenho escolar; concepção hierárquica dos processos decisórios no âmbito escolar, tendo em vista o papel central atribuído ao diretor escolar; avaliação e monitoramento externo das atividades e performances escolares, seja por meio da presença de observadores ou avaliadores externos, seja pela adoção de sistemas de gerenciamento e tratamento de informações e a adoção de premiação por “bons” resultados.

Nestas duas modalidades de parcerias (compra de sistemas de ensino privado e assessorias para a gestão), o poder público abre mão da totalidade ou de parte de seu papel como responsável pela formulação da política educativa, com consequências para a organização do trabalho pedagógico, que passa a ser ditado pelo setor privado, a partir da difusão da crença em sua maior eficiência, em contraposição à ineficiência do setor/serviços públicos.

Indicações para próximos diálogos

Refletir sobre a ampliação da simbiose entre o público e o privado no campo da educação básica, neste momento, não pode se isentar de pontuar alguns aspectos:

1- Localizar esta relação em um quadro em que a educação pública tem sido incorporada pelo setor privado lucrativo, como possibilidade de expansão de sua inserção no mercado. Para tanto concorrem as observações já efetuadas por Oliveira (2009) e Sguissard (2008) a respeito de que, na prática, a educação transformou-se em mercador. Ainda que os autores se referissem aos processos observados no ensino superior, esta perspectiva generalizou-se, também, para a educação básica.

2- Perceber o movimento de concentração do capital, por meio da incorporação/fusão de grupos empresariais brasileiros e, destes, com grupos internacionais, cujo impacto para a educação brasileira, pública e privada, ainda está por ser analisado (ADRIÃO, 2010).

3- Identificar a existência de uma certa concorrência entre instituições privadas lucrativas, hegemonicamente responsáveis pela venda dos “sistemas apostilados de ensino”, e instituições não lucrativas, cuja maior presença junto ao setor público dá-se pela oferta de “assessorias” para a gestão, via “tecnologias educacionais”, frente ao “mercado” aberto pelas administrações públicas.

4- Atentar para a complexificação no tratamento das informações relativas às matrículas, tendo em vista a falta de transparência ou a dificuldade de inserção correta dos dados da esfera administrativa municipal sobre as vagas subvencionadas pelo setor público.

5- Atentar para a ampliação do atendimento à educação infantil, por meio de convênios com o setor privado, mais recentemente incorporando ONGs de distintos perfis ao conjunto das tradicionais instituições filantrópicas ou comunitárias. Tal movimento gera a dependência do setor público a uma rede privada, a qual, na esmagadora maioria dos casos, opera com um padrão de atendimento mais precário.

Por fim, destaca-se que, embora as instituições filantrópicas e comunitárias ainda sejam majoritárias nos convênios com o setor público para o atendimento à educação infantil, não se pode desconsiderar que o advento da subvenção pública aos estabelecimentos privados lucrativos inaugurou uma situação favorável à sobrevivência dos pequenos empresários educacionais do setor⁶, reforçando o trato mercantil a um direito.

Recebido e aprovado em dezembro de 2010.

Notas

- 1 A expressão parceria público-privada “[...] implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade.” (BEZERRA, 2008, p. 62-63).
- 2 Um exemplo que poderia redundar em colaboração mais efetiva encontra-se nas estratégias previstas pelo Plano de Ação Articulada, proposto pelo MEC. No entanto, sua efetivação parece ter perdido força, nos últimos anos, dentre as prioridades do Ministério.
- 3 Pesquisa financiada pelo CNPq e intitulada **Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**, coordenada nacionalmente por Adrião e Peroni e nos estados por: Terezinha Santos (PA); Liliene Luz (PI); Leitão Souza (RN); Regina Cestari (MS); Marilda Costa (MT); Teise Garcia (SP); Maria Vieira (MG); Silva Souza (PR); Luciani Paz (SC); e Vera Peroni (RS).
- 4 Registre-se a presença bastante evidente do setor privado na formação continuada de profissionais da educação já em exercício, para o que sugerimos Rodriguez (2010).
- 5 Pesquisa **Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**.
- 6 Sabe-se que a imensa maioria das “escolas” de educação infantil se constituem em microempresas (quando formalmente instituídas) cujos clientes são em sua maioria famílias de baixa renda, que não lograram vagas em estabelecimentos públicos. Em pesquisa realizada no município de Piracicaba, no interior paulista, sobre subvenções educacionais destinadas a escolas de educação infantil privadas, notamos uma mudança no perfil dos estabelecimentos subvencionados, ao longo da vigência da parceria. No início, o governo municipal priorizava legalmente o repasse financeiro às ONGs; entretanto, tal prioridade foi suprimida, sendo que, no ano de 2006, das 44 escolas conveniadas, 34 (78%) eram de natureza privada *stricto sensu*, ou seja, eram consideradas microempresas (DOMICIANO, 2009).

Referências

- ADRIÃO, Theresa. **Autonomia monitorada como eixo de mudança**: padrões de gestão do ensino paulista (1995-1998). 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. **Educação e produtividade**: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.
- _____. (Coord). **Estratégias municipais para a oferta da educação básica**: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo. São Paulo: FAPESP, 2009. (Relatório de Pesquisa).
- _____. **No início do século XXI um olhar sobre o secular debate a respeito das relações entre esferas públicas e privadas para a oferta educacional**. Mimeo, 2010.
- ADRIÃO, Theresa et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 799-818, 2009.
- ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Atendimento à educação infantil em São Paulo: abordando o subsídio público ao setor privado. In: I Congresso Ibero-Brasileiro de Política y Administración de la Educación; IV Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação; IV Congresso do Fórum Português de Administração Educacional, 2010, Elvas, Cáceres e Mérida. **Anais...** Elvas, Cáceres e Mérida: [s.n.], 2010. (Emergência de políticas e práticas de gestão local, regional e nacional).
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, p. 107-116, 2009.
- ARELARO, Lisete Regina. A municipalização do ensino do Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, Cleiton de et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BERTAGNA, Regiane Helena; BORGHI, Raquel. **Sistemas apostilados de ensino, organização do trabalho pedagógico e avaliações externas**: algumas considerações. Mimeo, 2010.
- BEZERRA, Egle Pessoa. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga**: estratégias para a oferta do ensino? 205f. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 set. 1996a.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996b.
- _____. Lei nº 11.114, de 06 de novembro de 2005. Altera os artigos 6, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

_____. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 mar. 2006.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jun. 2007.

CAMPOS, Maria Malta. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo – 1985. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989.

COSTA, Márcio da. Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal? In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. p. 13-30.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DOMICIANO, Cassia Alessandra. **O Programa 'Bolsa Creche' nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia**: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada? 226f. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. **Educação e Sociedade** [on-line], Campinas, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, out. 2005.

GOMES, Candido Alberto. Financiamento e custos da educação infantil ou a corda arrebenta do lado mais fraco. In: COELHO, Rita de Cassia; BARRETO, Ângela Rabelo (Orgs.). **Financiamento da Educação Infantil**: perspectiva em debate. Brasília: UNESCO-Brasil, 2004. p. 31-72.

GUIMARÃES, José Luiz; PINTO, José Marcelino Rezende. A demanda pela educação infantil e os recursos disponíveis para seu financiamento. **Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 74, p. 92-105, jul. 2001.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopses estatísticas**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 02 dez. 2010.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. Grupos promovem fusões e miram ensino público para expandir negócios. **Observatório da Educação**, 22 out. 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=979:grupos-promovem-fusoes-e-miram-ensino-publico-para-expandir-negocios&catid=48:sugestoes-de-pautas&Itemid=98>. Acesso em: 2 dez. 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Fundef: uma análise preliminar. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, UNESP-IB, v. 12, n. 22/23, p. 5-11, jan./jun./jul./dez. 2004.

_____. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade** [on-line], v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

RODRIGUEZ, Vicente. Políticas públicas para educação básica e inovação institucional: o público e o privado na formação continuada de professores em contextos descentralizados. In: Congresso Interno de Iniciação Científica da Unicamp, 17., 2010, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 7, p. 7-40, jul. 1999. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/04/08/investimento-social-privado-no-brasil-da-prioridade-a-educacao-segundo-pesquisa.jhtm>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

Early childhood and primary education *Innumerable privatization trends*

ABSTRACT: This paper summarizes the privatization trends most recently seen in early childhood and primary education. These trends have been characterized by two different modalities: public subsidies to private institutes and the drawing up by the private sector of educational policies for the public sector.

Keywords: Privatization. Covenants. Partnerships. Fundeb. Differentiated pedagogical material.

Éducation infantile, enseignement fondamental *Innombrables tendances de privatisation*

RESUME: Ce texte présente de forme synthétique les tendances de privatisation vérifiées le plus récemment à propos de l'éducation infantile et de l'enseignement fondamental, lesquelles sont identifiées par deux modalités : La subvention publique à des institutions privées et l'élaboration de politiques éducatives pour la sphère publique par le secteur privé.

Mots-clés: Privatisation. Convention. Partenariat. Fundeb. Système apostillé

Educación infantil, enseñanza primaria *Inúmeras tendencias de privatización*

RESUMEN: Este texto presenta de forma sintética las tendencias de privatización más recientemente verificadas en el ámbito de la educación infantil y de la enseñanza primaria, las cuales son identificadas por dos modalidades: la subvención pública a instituciones privadas y la elaboración de políticas educativas para la esfera pública por el sector privado.

Palabras clave: Privatización. Convenios. Asociaciones. Fundeb [Fondo de Desarrollo y Manutención de la Educación Básica]. Sistema padronizado de materiales didácticos.